

Algumas observações sôbre o estado de nossa produção agrícola

NEWTON BELEZA

É bastante generalizada a crença de que nossa produção agrícola decresceu consideravelmente nestes últimos anos. A primeira vista parece realmente, dada a incapacidade de a produção atender ao consumo, que estamos em linha descendente. E aparentemente não há razão para isso, num país de vastas extensões territoriais como o Brasil.

A observação dos fatos, entretanto, não confirma a crença tão generalizada de queda da produção. Através das estatísticas se vê antes que a nossa marcha, embora lenta, é em linha ascendente. Nestes dois últimos anos, apenas, houve um ligeiro decréscimo, de caráter transitório, que não desmente, do ponto de vista de uma análise estatística, a tendência para um aumento constante e moderado da produção.

Devemos reconhecer, sem dúvida, que não é desejável essa marcha lenta num País de tantas possibilidades de expansão. E urge que se examinem com rigorosa precisão as causas que a têm entorpecido. As afirmativas feitas sem rigor só servem para perturbar e estabelecer uma confusão improdutiva.

* * *

Justamente quando o Brasil ensaiava os seus passos para a mecanização da lavoura, porque precisava multiplicar os braços disponíveis; quando começou a ter exigências inadiáveis de adubação de suas terras, como consequência de seu esgotamento pelas colheitas sucessivas, sobreveio a segunda grande guerra mundial. Paralisou-se o fornecimento de máquinas e até de instrumentos manuais, e houve uma tremenda escassez de adubos.

Essa situação ainda não se normalizou. E, dessa forma, privado dos dois principais instrumentos de produção, teve o Brasil de se conservar na posição em que a guerra o encontrou. Quanto a máquinas, quer quanto a adubos, principalmente quanto às primeiras, temos um deficit tão grande que a corrente normal de abastecimento não daria para cobrir, tão cedo.

Entretanto, a própria corrente normal não foi sequer restabelecida (sobretudo se admitirmos, como é natural, que as nossas exigências normais agora não são as mesmas de período anterior à guerra), porque os países produtores estão desviando as suas máquinas e os seus adubos para a recuperação da Europa.

Sem que isso importe em acusação, porque, no desenrolar dos acontecimentos do mundo, é difícil

dizer-se o que está certo e o que está errado do ponto de vista geral, o plano de recuperação da Europa significa, pois, para nós um retardamento do nosso progresso, do nosso adiantamento, não só porque estamos sendo desfalcados do que precisamos, como porque outros estão sendo ajudados a tomar a posição que talvez fôsse nossa por escolha do destino.

A história ainda não nos mostrou até agora que houvesse possibilidades de que todos fôssem ao mesmo tempo prósperos. O avanço de uns sempre se faz com sacrifício de outros. Neste momento, por exemplo, o mundo todo passa sérias dificuldades justamente porque um país é detentor de mais de 60% da economia universal.

Além da peia decorrente da falta de máquinas e fertilizantes, a nossa agricultura não pôde avançar muito também por falta de gente habilitada para as atividades agrícolas racionais. Não há propriamente um desequilíbrio entre a população rural e a população urbana quando aquela ainda conta com mais de 70% da população total do País. Mas a população disponível para a agricultura tem um preparo deficiente que não permite, de modo geral, ir além de uma técnica primitiva de produção.

Aos fatores intrínsecos já apontados aliam-se outros que agem como entorpecentes sôbre a produção agrícola nacional, quais sejam: dificuldade de meios de transporte, falta de armazens e frigoríficos, ausência de mercado interno de consumo. Sem a garantia de escoamento protetor para a produção, tem ela sem dúvida de definhar.

Há um fator ainda que interessa à produção e à circulação dos produtos — o crédito, que praticamente não existe para as atividades agrícolas, quer sob o ponto de vista de sua penetração e acessibilidade a todos, quer o grave ponto de vista de prazo de empréstimo e taxa de juros.

Eis por que o Brasil conta apenas com 15.630 hectares cultivados num total de 851.115, isto é, 1,8%, enquanto a Argentina cultiva 27.000 hectares com um território de 279.270, ou sejam 9,7%. Entretanto, a área de terra disponível por habitante é de 17,34 hectares na Argentina, e no Brasil de 17, 19.

Se levarmos em conta tôdas essas coisas, chegamos a uma conclusão de que não podemos recriminar a nossa agricultura porque, em verdade, sobrepondo-se a tantas causas adversas (inclusive pequena área cultivada), ainda consegue ter a sua significação no cômputo da produção mundial.

Tem sido ela até agora que vem operando o milagre de fazer um Brasil, que sem dúvida poderia ser economicamente muito maior.

Qual será, por exemplo, a posição do Brasil quando êle cultivar ao menos a área que a nossa república irmã atualmente cultiva, para orgulho de tôda a América Latina?

Para alcançar êsse objetivo teremos unicamente de concentrar todos os nossos esforços na anulação, tanto quanto possível e no mais curto prazo, dos fatores intrínsecos e extrínsecos que se opõem ao desenvolvimento acelerado de nossa produção agrícola, através da qual se poderá assegurar aos brasileiros (auxiliando também o resto do mundo): melhor alimentação, melhor vestuário, melhor habitação.

Cada qual, assim provido de mais conforto material, terá melhores oportunidades morais e recreativas e passará a valer mais como fator decisivo na renda nacional. Tôdas as questões sociais encontrarão uma solução natural, como acontece nos Estados-Unidos, onde todos desfrutam um relativo bem-estar.

* * *

A impressão de que a nossa produção decresceu consideravelmente resulta da conjunção de quatro ordens de ocorrências:

1 — aumento vegetativo da população, verificado, aliás, com um índice muito alto;

2 — desenvolvimento acentuado dos centros urbanos, que são altamente consumidores de produtos agrícolas sem compensação;

3 — maior procura de gêneros alimentícios como consequência da campanhas educativas feitas para a boa alimentação;

4 — solicitação crescente dos mercados exteriores, acossados pela escassez de gêneros alimentícios e outros produtos agrícolas tropicais.

Para fazer face a essas exigências novas é que devemos empenhar-nos em maior produção, pois o ritmo desta não acompanhou o daquelas pelos motivos já expostos. Na medida da industrialização do País essas exigências crescerão cada vez mais.

E o desenvolvimento da agricultura, com benefícios reais para as classes agrícolas, se impõe por sua vez como garantia de sobrevivência da própria indústria, que só assim poderá dar vazão correspondente ao volume de sua produção.

Não é difícil chegar-se a uma conclusão de que não pode haver bem-estar geral, sem bem-estar dos que se dedicam às atividades agrícolas, fonte de elementos básicos para a vida de todos, e onde se encontra a grande massa consumidora dos produtos industriais, desde que o seu padrão de vida lho permita.

* *

*

O ORÇAMENTO E' ANTES DE TUDO UM INSTRUMENTO DE CONTRÔLE DO GOVÊRNO PELO POVO

Nos 250 anos transcorridos desde a "Declaração de Direitos" na Inglaterra, e nos 150 anos de govêrno democrático nos continentes europeus e americano, as limitações orçamentárias foram ideadas numa tentativa de apertar o contrôle do Executivo pelo Legislativo. Durante êsse período princípios orçamentários concebidos com o fim de assegurar ao Legislativo inteira liberdade em manejar os "cordões da bôlsa" emergiram gradualmente, refletindo aspectos vários da luta secular entre a Coroa e o Parlamento pelo contrôle democrático do govêrno; mas, conquanto a luta tenha começado na Inglaterra, os princípios pròpriamente ditos se desenvolveram notadamente na França. A origem histórica — o firme desejo dos Parlamentos de conservar a Coroa sob fiscalização — explica pois a sua unilateralidade. Ainda assim, representam êles padrões a que se deve atender (ressalvadas as exigências de uma gestão eficaz) em moderna concepção de orçamento democrático; eis porque os repito, como base para ulteriores considerações.

HAROLD SMITH

* *

*

SALÁRIO FAMÍLIA à espôsa abandonada por servidor público.

O salário-família só pode ser concedido ao servidor ou àquele que, sob qualquer forma, ainda mantém relação de emprêgo com a União. Isso quanto à concessão, mas quanto ao pagamento nada impede seja o mesmo efetuado à espôsa doservidor, quando o Juiz assim o entender, por arresto, juntamente com a quantia destinada a alimentos.

Processo n.º 7.485-48 — Pareceres da D.P. e do Consultor Jurídico do DASP em 18-9-48, aprovados pelo Diretor Geral em 6-10-48. (D.O. 15-10-48).